

**AEPET**

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

PETROBRÁS	
AGO <input checked="" type="checkbox"/>	AGE <input type="checkbox"/>
Data: <u>27/04/2023</u>	
A Mesa atesta o recebimento deste documento	
Ass.: <u>Carolina Malabogno</u>	

Justificação de Voto do Acionista Minoritário AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás, na Assembleia Geral Ordinária da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, realizada em 27/04/2023, a partir das 13:00 h.

Senhoras e Senhores Acionistas,

A acionista minoritária Associação dos engenheiros da Petrobras vem através desse voto, declarar e defender o seguinte:

Embora tenha restrições a alguns nomes indicados para o Conselho de administração a Entidade vem através deste voto, dar um crédito de confiança a este Conselho baseado nos seguintes fatos:

1) Há nomes competentes e confiáveis entre os indicados;

2) Em 2007, com a descoberta do Pré-sal, e a sua magnitude esperada, o então presidente Lula criou um grupo de trabalho para rever o marco regulatório, o que resultou nas **Leis da cessão onerosa - 12.276/2010**, da criação da **Pré-sal Petróleo - 12.304/2010** e da **Lei de Partilha, a Lei 12.351/2010**. Cabe lembrar que durante a discussão desses Projetos de Lei, a pressão internacional contrária foi muito forte, conforme atestam os telegramas às suas matrizes, da Chevron, da Exxon e do Consulado Americano ao seu governo, publicados pelo Wikileaks. Apoiadas pelo cartel do petróleo, sediado no IBP, as Majors conseguiram a realização de oito audiências públicas no Congresso Nacional, sendo seis no Senado Federal e duas na Câmara de Deputados. Cada audiência continha 5 mesas de debates e em cada mesa havia sempre dois lobistas se manifestando contra as novas leis. A Aepet, que acompanhou todo o processo, solicitou a sua participação nos debates e lhe foram concedidos apenas 10 minutos numa das 40 mesas.

Elas apresentaram uma emenda ao **artigo 42 da Lei 12351**, que dizia que os royalties pagos seriam ressarcidos em petróleo. O Relator Romero Jucá acatou e essa emenda foi aprovada. Com ajuda do Senador Pedro Simon, conseguimos anulá-la, mas somente através da **Lei dos royalties, a Lei 12734/2012**.

Vencendo essas pressões, a Lei de Partilha anulou, para a área do Pré-sal, a Péssima **Lei 9478/2007**, que quebrou o Monopólio Estatal da União, por seu artigo 26 e que entrega todo o petróleo para quem o produzir. Esta Lei gera o pior contrato de concessão no setor petróleo mundial.

Além de recuperar a propriedade do petróleo para a União, a **Lei 12.351/10**, estabeleceu a Petrobrás como operadora única, detendo o mínimo de 30% de cada campo do Pré-sal. Por pressão do lobby citado, esse artigo foi derrubado por um projeto do Senador José Serra. Já na fase de total fragilidade, pressão externa e



espionada pela Agência Nacional de Segurança americana (conforme denúncia do seu Funcionário Edward Snowden, publicada pelo Intercept Brasil) a presidente Dilma apoiou esse absurdo, contrariando toda a bancada nacionalista no Senado.

Há, portanto, precedentes de ações do presidente Lula que transformam em esperança pela volta da Petrobrás à condição de locomotiva capaz de viabilizar o desenvolvimento nacional. Mas para que isto ocorra, é preciso que este Conselho e a nova direção da Petrobrás corrijam sérias distorções que vem ocorrendo desde o final do Governo Dilma, quando a Empresa americana Price Waterhouse & Coopers, então auditora independente da Petrobrás, fez várias exigências e ameaçou não assinar o seu Balanço, o que causaria sérios transtornos à Companhia.

Sob essa forte pressão, a presidente Dilma, nomeou para a presidência da Petrobrás o senhor Aldemir Bendine, que deu início ao processo de privatização de ativos e a elevação dos preços de derivados.

A partir do Governo Temer, que nomeou Pedro Parente para presidente da Companhia, este retomou o processo de privatização que junto com Reichstul iniciara em 1999, e o esvaziamento dela recrudesciu.

Foram vendidos (e até doados) vários campos como Carcará, Lapa, Iara e outros, por preços extremamente baixos. Além destes, foram também vendidas empresas Geradoras Operacionais de Caixa como Liquigás, Gaspetro, as Malhas de gasodutos da NTS e TAG, de alta importância estratégica e também Geradoras Operacionais de Caixa. A Geração de Caixa foi a responsável por 75% da redução drástica da dívida de cerca de R\$ 800 bilhões criada para o desenvolvimento dos campos do Pré-sal.

Por último, a também inexplicável venda da Petrobrás Distribuidora, que, além de ser a única a abastecer os locais mais remotos do país, por sua alta competência conquistou cerca de 35% do mercado e é altamente estratégica, pois quando a Petrobrás perdeu mercado pelos preços elevados, foi a única que continuou comprando dela. Todas essas vendas, foram efetivadas com preços muito inferiores aos calculado por especialistas. Carecem da análise de uma auditoria independente.

Mas existem fatores ainda mais graves que têm que ser corrigidos pelo Conselho e pelos novos dirigentes da Petrobrás **e que vamos cobrar:**

1) Recompra das ações vendidas na bolsa de Nova Iorque, por ADR's porque, além de terem sido vendidas por um valor muito inferior ao real, agridem a soberania do País e geram enorme prejuízo para a Petrobrás e para o povo brasileiro. Exemplos desses imensos prejuízos:

a) Só em 2022, a Petrobrás distribuiu R\$ 215 bilhões em dividendos. Pela composição acionária atual, os acionistas estrangeiros - cerca de 40% deles são da Bolsa de Nova Iorque - receberam R\$ 100 bilhões destes dividendos



e o Povo brasileiro (Governo) ficou apenas com 78,71 bilhões. Portanto, qualquer recuperação que a Petrobrás consiga, dos estragos produzidos nela pelos maus dirigentes, vai beneficiar muito mais os investidores estrangeiros do que o povo brasileiro.

b) Através da ação movida por esses acionistas americanos, sem ter sido transitada em julgado, eles receberam de Pedro Parente cerca de R\$ 12 bilhões por conta do alegado prejuízo do Petrolão. Ocorre aí uma enorme disparidade em face do Petrolão, segundo órgãos de imprensa, ter dado um prejuízo contabilizado pela Petrobrás de Cerca de R\$ 8 bilhões, dos quais, mais de R\$ 6 bilhões foram recuperados.

c) A Petrobrás fica submetida à rigorosa lei americana Sarbannes Oxley, que permite amplo acesso de auditores americanos aos documentos estratégicos da Companhia, ferindo de morte a soberania do País.

2) Mudar o **preço de paridade de importação**, que gera preços absurdos nos derivados sugando patrimônio do povo brasileiros e transferindo o lucro astronômico para os 63% de acionistas privados, cuja grande maioria é de estrangeiros, através da distribuição de dividendos.

No caso do diesel, por exemplo, o litro produzido pela Petrobrás tem um custo de produção de cerca de R\$ 1,20. No mês de janeiro, a Petrobrás recebia R\$ 4,50 por litro vendido na Bomba dos postos. Ou seja, um lucro absurdo, superior a 300%, que se irradia aos demais itens do preço final.

O fato ainda mais grave, entretanto, é que o diesel sendo o principal insumo usado para transportes de alimentos, materiais e pessoas. O seu preço elevado é um dos principais causadores da inflação. A inflação alta gera o pretexto para Banco Central elevar os juros ao maior patamar do mundo travando completamente o desenvolvimento nacional.

Tudo isto causa vários prejuízos ao povo brasileiro, pois ele paga caro demais pelo diesel e demais combustíveis e pelos alimentos; a dívida pública explode e o governo paga uma fábula de dinheiro pelo serviço da mesma. Só em 2022 pagou ao sistema financeiro, cerca de R\$ 2 trilhões de juros, rolagem e amortização dessa dívida.

Em 2022, a Petrobrás também pagou dividendos absurdos de R\$ 215 bilhões, deixando de investir e gerar empregos no País. Algo semelhante ao Diesel ocorre com os preços da gasolina e do GLP usado nas cozinhas, inclusive pela população mais pobre. No caso do GLP, além da Petrobrás, o revendedor do botijão tem também um lucro absurdo.

Portanto, **é urgente a redução dos preços nas refinarias**. No caso do diesel algo como R\$ 2 por litro. Afinal o movimento **“O petróleo é nosso”**, o maior movimento cívico da história do País, teve como objetivo usar o petróleo para benefício do povo brasileiro. E não é o que vem ocorrendo.



3) Suspender a venda de ativos e mandar auditar as vendas já ocorridas, pois a maioria delas supostamente foram através de preços subfaturados.

4) Retomar as obras das refinarias Renest (segundo trem) e Comperj, pois ambas atingiram a 90% do total de suas obras. A Petrobrás tem que refinar o petróleo no País, gerando empregos e reduzindo a exportação de petróleo bruto. "O petróleo no Brasil tem sido exportado em volumes recordes, cerca de 1,2 milhão de barris por dia mais de 45% da produção nacional". Hoje, a Petrobras e as demais petroleiras exportam o petróleo, cujo custo total de produção é da ordem de US\$ 30 por barril, pelo preço de US\$ 80 por barril sem pagar imposto pela exportação desse produto estratégico. Com um lucro da ordem de US\$ 50 por barril, essas empresas não dão qualquer benefício ou retorno para povo brasileiro, dono real das reservas de petróleo do País.

5) Extinguir o EPCismo – Engenharia, Construção e Fornecimento de materiais - a contratação por pacote, criada em 2005, que tem causado vários danos à Petrobrás e ao País, tais como:

i) Os projetos são feitos no exterior, matando as empresas brasileiras que executavam projeto;

ii) O feedback operacional, fundamental para o desenvolvimento tecnológico não é empregado nos projetos;

iii) Os equipamentos, em sua maioria, são comprados na China, mais baratos, mas com qualidade inferior, causando sérios problemas à operação e à manutenção dos sistemas que podem superar a 30 anos de duração. Essa modalidade de contratação gerou a principal causa de corrupção na Petrobrás: o ganhador do pacote era escolhido de forma combinada, com sobre preço elevado e a obrigação de subcontratar os concorrentes. Ou seja, voltamos à década de 60, quando a Petrobrás comprava instalações na base do turn-key, com vários projetos inadequados por não serem tropicalizados.

6) Conteúdo nacional - No Governo Geisel, ele autorizou a Petrobrás a comprar no mercado nacional equipamentos até pelo dobro do preço internacional. A Petrobras criou um programa de nacionalização e visitou-se vários fabricantes correlatos, fornecendo a eles tecnologia e feedback operacional, o que propiciou a formação de 1.500 fornecedores nacionais de equipamentos, competindo no estado da arte com estrangeiros. Eles criaram cerca de 3.500 subfornecedores e a Petrobrás chegou a comprar 95% de materiais e equipamentos no mercado nacional.

O Governo Fernando Henrique criou o Repetro, através de Decreto, o qual isenta de impostos os produtos importados e não isenta do ICMS as empresas nacionais. Isto inviabilizou essas empresas que foram sendo fechadas e as que restaram foram vendidas para empresas estrangeiras. O País perdeu empregos e a grande oportunidade de desenvolvimento tecnológico. Além de extinguir o Repetro (tarefa que cabe ao presidente Lula) e o EPCismo, é preciso inserir nos contratos novos a obrigação de um



percentual mínimo de compra local, da ordem de 60%, para retomar o programa de incentivos a empresas nacionais.

7) Consertar a política de dividendos. “Em 2021 e 2022 a razão média entre os dividendos pagos e o investimento líquido foi de 804%, enquanto entre 2005 e 2020 foi de 12,7%, ou seja, houve um aumento de 64 vezes do pagamento de dividendos em relação ao investimento anual”. Essa razão é 11 vezes maior do que a razão média das grandes petrolíferas mundiais. Distribuir dividendos astronômicos, insustentáveis ao invés de investir é comprometer seriamente o futuro da Petrobrás e do País, pois não são repostas as reservas e nem sequer nível de produção. Só em 2023, foram pagos R\$ 136 bilhões aos acionistas privados em detrimento do povo brasileiro.

8) Corrigir o Regimento interno do Conselho de Administração, que, hoje, contém uma independência indevida do seu acionista controlador, o qual representa todos os brasileiros, donos reais do petróleo nacional.

A Petrobrás como empresa de economia mista não tem finalidades apenas empresariais, mas tem, essencialmente, objetivos macroeconômicos a cumprir e um papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Brasil. Vamos cobrar isso dessa nova administração.

Diretoria da AEPET